



ENSINO DA GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: ESCASSEZ DE PESQUISAS E DEMANDAS EM PROFUSÃO

Izis Santiago

izissantiago@gmail.com¹

Grace Bungenstab Alves

gracebalves@gmail.com²

Resumo

A inclusão escolar é uma demanda urgente para pensarmos uma sociedade mais justa e igualitária, baseada na participação de todos os alunos, sem exceções, na construção do conhecimento. Essa inclusão deve atender às diferenças sem discriminar ou separar os alunos em sala. Este tema ainda é pouco pesquisado na Geografia, os pesquisadores que tratam deste assunto costumam se debruçar sobre uma ou duas necessidades ou deficiências, produzindo técnicas e/ou materiais pedagógicos que atendam a um público específico, desconsiderando as demais necessidades. Nesta pesquisa analisaremos e quantificaremos as publicações voltadas à inclusão escolar em revistas de ensino de Geografia. Selecionamos as revistas com QualisCAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de A1 a B5 considerando as revistas que apresentassem os nomes ensino e Geografia no título. Foram selecionadas as revistas: Geografia, Ensino & Pesquisa (REGEP), PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, Revista Ensino em Geografia e Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMA. Realizamos um levantamento dos artigos do eixo Ensino de Geografia que apresentavam a temática inclusão escolar em seus títulos ou palavras-chave. O levantamento dos dados foi realizado a partir das publicações disponibilizadas nos sites das revistas selecionadas, considerando os últimos dez anos. Foram quantificados e analisados todos os artigos sobre a temática a fim de concluir o volume e as características das pesquisas publicadas a respeito do ensino da geografia na perspectiva da inclusão escolar. Assim pudemos verificar a escassez de pesquisas sobre a inclusão escolar no ensino de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Educação Inclusiva, Formação de Professores.

¹ Izis Santiago – Mestranda em Geografia - POSGEO/UFBA (Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Bahia). Parte integrante da pesquisa de Mestrado com bolsa CAPES.

² Grace Bungenstab Alves – Professora no Departamento de Geografia, UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Introdução

A etimologia da palavra inclusão está relacionada ao ato ou efeito de incluir. O movimento pela inclusão vem ganhando força nas últimas décadas visando garantir os direitos das pessoas que não se encaixam nos moldes dos padrões de normalidade impostos pela sociedade. Existem diversos tipos de transtornos, os definidos como “deficiências” como as deficiências físicas, motora, visual e etc. e outros que apesar de não serem definidos pelos conselhos de medicina como tal precisam ter suas especificidades atendidas nas escolas, entre tantas necessidades podemos citar o TDA (Transtorno de Déficit de Atenção), o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) e Hiperatividade, Dislexia, Discalculia, Disgrafia, Transtorno do espectro autista, altas habilidades, entre outras.

A inclusão escolar, além de ser um direito garantido por lei, deve ser democrática, tendo como premissa básica a promoção da igualdade de oportunidades e de direitos para todos (negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência física, sensorial, mental, altas habilidades, entre outros), sem exceções. A inclusão escolar deve considerar as mais diversas diferenças, proporcionando a equidade. É fundamental a prática da sensibilidade em sala de aula, pois em uma classe escolar, seja ela de qualquer nível e modalidade de ensino, há indivíduos que apresentam especificidades. Há exemplos de professores que conseguem identificar as dificuldades dos alunos antes mesmo da percepção da família. Na escola a inclusão deve ter como objetivo formar uma nova geração através de um projeto educacional que seja “fruto do exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós” (MANTOAN, 2015. P.16).

Todos os estudantes matriculados no sistema de ensino precisam, além de respeito, que as suas capacidades e possibilidades de aprendizagem sejam observadas, sem que suas “limitações” representem uma barreira para inclusão, pois cada indivíduo tem a sua especificidade. Faz-se necessário buscar a equidade para promoção da igualdade democrática, conforme Rauls (2002), combinando princípios de igualdade de oportunidades com o princípio da diferença, garantindo a reparação das desigualdades, permitindo que o mérito seja proporcional ao ponto de partida de cada um. Para alcançar a equidade na inclusão escolar é urgente voltarmos a atenção para a qualidade e eficiência da prática docente, tendo em mente



que há normativas que devem direcionar as disciplinas nas universidades e, principalmente, dar meios para que os professores consigam se sentir pertencentes dessa não tão nova, porém, negligenciada realidade, que é a inclusão.

As pessoas com deficiência foram historicamente colocadas à margem da sociedade, o movimento pela educação inclusiva vem tomando força nas últimas décadas tendo como marcos regulatórios de reconhecimento internacional: a Declaração Universal do Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração de Salamanca, de 1994. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/1961) apresenta o direito dos “excepcionais” à educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, em 1973 o MEC (Ministério da Educação) cria o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), porém, ambos baseiam suas práticas em ações tradicionalmente assistencialistas.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 205, garante a “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola, preferencialmente no ensino regular”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 55, determina que os “pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Esses dispositivos legais representam significativo avanço na busca por inclusão escolar, no entanto, essas normativas estão direcionadas, na sua maioria, à gestão escolar, sem definir parâmetros ou indicações específicas para a atuação dos professores nos mais diversos níveis e modalidades de ensino, ficando a cargo de cada profissional a escolha da abordagem de práticas pedagógicas inclusivas, porém, muitas vezes os profissionais da educação não possuem a real noção do conceito da inclusão escolar e, muitas vezes, não sabendo como atuar por não ter tido contato com essa temática durante a sua formação profissional.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, no Brasil 45,6 milhões de pessoas, o equivalente a 23,9% da população, declararam ter alguma deficiência. As deficiências pesquisadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incluem as do tipo visual, auditiva, motora ou mental/intelectual, porém, o IBGE não considera condições como autismo e os transtornos de aprendizagem. De acordo com o Censo Escolar de 2017, o Brasil possui 183.743 escolas, entre públicas e privadas, mas apenas 29% destas estão preparadas para receber alunos com deficiência. Ainda são poucos os levantamentos de dados oficiais sobre a quantidade de pessoas com transtornos cognitivos, comportamentais e de aprendizagem no Brasil.

Para uma educação verdadeiramente inclusiva os profissionais da área precisam compreender o que significa inclusão escolar e a sua importância para a sociedade como um todo, porém, os cursos de licenciatura em geral e em particular a Geografia tendem a ter uma lacuna nas suas matrizes curriculares, não abordando, nem apresentando os transtornos e as deficiências, nem proposições metodológicas para contemplar a inclusão escolar. Tal fato, poderá levar professores a concluírem a graduação sem conhecimento algum sobre a inclusão escolar ou ainda com conceitos equivocados a respeito. Assim, professores, em todos os níveis de ensino, ao receberem um aluno de inclusão podem não saber como agir e, por desinformação ou desinteresse, podem deixar ser um mediador do conteúdo, para ser um dificultador.

Ribeiro (2016) traz relatos de alunos de inclusão numa escola regular a respeito das aulas de Geografia. O aluno cego não consegue acompanhar as aulas pois a professora explica o assunto com mapas impressos sem material tátil para acompanhamento, já o aluno surdo sente dificuldade de acompanhar as aulas, pois seu intérprete além de não dominar o conhecimento geográfico não consegue acompanhar o ritmo da fala da professora em sala. Para a autora, nessa realidade os alunos não são incluídos verdadeiramente, pois não conseguem acompanhar as aulas de maneira satisfatória, com materiais didáticos que possibilitem a construção do conhecimento e permitam a participação da turma como um todo, o que acaba ocorrendo é a exclusão.

Assim, esta pesquisa surge da dificuldade em encontramos trabalhos sobre a inclusão escolar na Geografia, aliada a uma demanda cotidiana que se apresenta no contexto escolar e a falta de discussão desta temática na formação do Professor de Geografia na UFBA. Assim, entendemos que pesquisar a respeito dos trabalhos que tenham sido desenvolvidos sobre inclusão escolar no ensino da Geografia é fundamental para compreender como se dá a abordagem dessa temática e qual a relação dos conceitos e práticas da inclusão escolar nas salas de aula de Geografia. Neste contexto, identificamos a necessidade de realizar um levantamento sobre as pesquisas que têm sido realizadas e publicadas nas revistas científicas nos últimos anos com o objetivo de compreender o contexto da produção de conhecimento acerca da temática do ensino da Geografia na perspectiva da inclusão escolar, como o tema é abordado a fim de traçar um panorama e avaliar o que foi realizado entre 2010 e 2018.



Esperamos que esta pesquisa contribua com as pesquisas nessa área de estudo, despertando o interesse pela temática proposta, e que possa proporcionar reflexões acerca da atuação individual dos profissionais de educação principalmente dos professores de Geografia.

Materiais e Métodos

Direcionamos nossa investigação para as revistas científicas que abordam o ensino de Geografia, por apresentarem uma avaliação por pares, assim pudemos avaliar informações seguras e substanciais sobre a produção intelectual em programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil.

O critério de seleção das revistas que se deu por meio da Plataforma Sucupira (Qualis Periódicos) ligada à CAPES, consideramos a classificação de periódicos referente ao quadriênio 2013-2016 tendo como área de avaliação a Geografia e como descritor a palavra ensino no título. Consideramos para análise somente as revistas que apresentavam classificação entre A1 e B5, no Qualis CAPES.

Assim, conforme as classificações na área pesquisada, selecionamos quatro revistas: Geografia, Ensino & Pesquisa (REGEP), PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, Revista Ensino em Geografia e Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMA, com conceitos B2, B4, B4 e B5, respectivamente.

Nos *sites* oficiais das revistas selecionadas realizamos um levantamento quantitativo das publicações voltadas para inclusão escolar. Consideramos as publicações no período dos últimos oito anos (a partir de 2008), avaliamos os títulos e resumos de cada edição a fim de identificar quais se referiam ao ensino da Geografia e desses quais abordavam a inclusão escolar. Geografia, Ensino & Pesquisa (REGEP), vinculada a Universidade Federal de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, conceito B2 conferido pela CAPES, possui publicações a partir do ano de 1987 disponíveis no seu *site* oficial, para esta presente análise consideramos as publicações a partir do ano de 2010 até 2018. A REGEP compartimenta as suas publicações em 4(quatro) classificações sendo elas: Produção do espaço e Dinâmica, Geoinformação e Sensoriamento Remoto em Geografia, Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental e Ensino em Geografia.

PESQUISAR – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia, vinculada a Universidade de Santa Catarina, conceito B4 conferido pela CAPES, com publicações a partir

do ano de 2014 e analisadas as publicações realizadas até 2018. A PESQUISAR classifica as publicações em 6 (seis) tópicos que são: artigos científicos, espaço metodológico, novos docentes, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso além de resenhas e entrevistas.

Revista Ensino em Geografia, vinculada a Universidade Federal de Uberlândia, no estado de Minas Gerais, conceito B4, com publicações iniciadas no ano de 2010 consideramos as realizadas até 2018. A referida revista publica trabalhos com resultados de pesquisa, projetos de ensino e extensão universitária, estudos teóricos e bibliográficos, experiências pedagógicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado além de artigos científicos, resenhas, notas, entrevistas e relatos.

Revista De Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMAE, vinculada a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Paraná, Conceito B5, possui publicações a partir do ano de 2010 com últimas publicações em 2018. A GEOMAE classifica suas publicações entre: editorial, artigo, resenha, nota, experiência pedagógica e entrevista.

Resultados e Discussões

Observamos que a revista REGEP, com mais de 30 anos de existência é a mais antiga de todas as revistas analisadas, para a presente análise consideramos apenas a seção que trata de publicações a respeito do Ensino em Geografia, foram identificadas 100 publicações no período definido sendo apenas 1 (uma) publicação se referindo a inclusão escolar (**Tabela 1**). O artigo foi publicado em 2016, sob a autoria de Jean Volnei Fernandes, o autor é professor de Geografia da rede estadual de ensino do Distrito Federal, com atuação na sala de recursos para alunos com deficiência auditiva. O artigo intitulado “Inclusão: Ensino de Geografia para alunos surdos, com um olhar sobre a paisagem a partir de uma visão Freiriana” aborda a categoria paisagem pautada nos conceitos desenvolvidos por Paulo Freire com objetivo de tornar possível a construção individual do conceito paisagem pelos seus alunos com deficiência auditiva. Fernandes (2016), ao longo do referido artigo aborda questões inerentes à inclusão de alunos com deficiência auditiva, o que é fundamental para elucidação de diversas questões que nós, professores de Geografia, possamos ter e ainda apresenta como os estudos geográficos podem contribuir para a autonomia dos alunos surdos. Acreditamos que os conhecimentos alcançados através das práticas pedagógicas e da experiência adquirida pelo referido autor, devam ser



fundamentais para a inclusão no seu sentido mais amplo podendo colaborar para a o ensino e a aprendizagem da Geografia nos seus mais diversos contextos e realidades escolares. Boa parte dos trabalhos sobre a temática do ensino da Geografia na perspectiva da educação inclusiva aborda alguma deficiência ou transtorno específico, o que é fundamental, porém, no exercício da profissão, os professores não podem “escolher” quais necessidades surgirão em sala de aula, nesse sentido se faz necessária uma visão holística da inclusão escolar.

Tabela 1- Publicações em Ensino de Geografia 2010-2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
REGEP										
Ensino de Geografia	0	12	11	14	8	7	19	24	5	100
Ensino de Geografia/inclusão	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
PESQUISAR										
Ensino de Geografia	-	-	-	-	20	9	5	13	7	54
Ensino de Geografia/inclusão	-	-	-	-	1	0	0	1	1	3
ENSINO EM GEOGRAFIA										
Ensino de Geografia	8	14	15	26	30	24	22	30	16	185
Ensino de Geografia/inclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GEOMAE										
Ensino de Geografia	13	32	6	9	4	5	5	31	6	111
Ensino de Geografia/inclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	21	58	32	49	63	45	52	99	35	454

Na revista PESQUISAR foram identificadas 54 publicações sendo dessas 3 relacionadas à inclusão escolar, reforçamos que esta última tem publicações a partir do ano de 2014 (**Tabela 1**). Os títulos dessas publicações são: “A Temática da Identidade/Diferença como possibilidade na Geografia Escolar” do ano de 2018, de autoria da professora da rede municipal de Porto Alegre e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rúbia

Aparecida Cidade Borges. No referido artigo a autora apresenta como a Geografia Escolar atua na valorização ou não das diferenças buscando alternativas às práticas homogeneizadoras da escola como forma de reafirmação das minorias de grupos socialmente desfavorecidos. Destaca ainda o papel da escola e do ensino da Geografia na manutenção da desvalorização e da invisibilização dos alunos que estariam fora do que é enquadrado como normalidade. O debate que a autora traz é excelente e urgente para desconstrução de preconceitos desenvolvidos no seio da nossa sociedade e reproduzidos nos ambientes escolares, porém, a temática ainda é pouco considerada e debatida na maioria das escolas do país.

O outro artigo, intitulado “Formação docente e Geografia: o foco na educação inclusiva. Experiências para o debate”, do ano de 2017, do autor Juliandersson Victoria Alexandre, professor de Geografia formado pela Universidade Federal de Pelotas- UFPEL, mestrando em Geografia pela mesma universidade. No artigo o autor reflete sobre a atividade de conclusão de curso realizada pelos alunos do curso de licenciatura em Geografia da UFPEL, que teve como objetivo compreender a importância da afetividade na inclusão de pessoas com deficiência física motora e como esta inclusão contribui na análise do espaço por esse público. A referida atividade através de encenações da realidade cotidiana vividas pelas pessoas com deficiência física motora promoveu o debate da importância dos aspectos afetivos e a sua relação com a percepção do espaço. Trazer aspectos da vivência individual sobre a diversidade é fundamental para o desenvolvimento do sentimento de empatia pelos alunos e assim lhes proporcionar a oportunidades de identificar as mais diversas necessidades individuais.

Em 2014, a publicação “Educação geográfica e ambiental numa perspectiva inclusiva: da sala de aula ao trabalho de campo” que tem como autoras Gabriela Alexandre Custódio e Ruth Emília Nogueira, ambas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina, a primeira pós-doutoranda e a segunda professora titular do curso de Geografia. No artigo as autoras apresentam resultados e considerações a respeito do projeto de pesquisa que visava a implementação de uma educação geográfica inclusiva por intermédio da educação ambiental, esse projeto foi realizado numa turma onde estudavam dois alunos com deficiência visual da rede estadual de ensino em Santa Catarina. As autoras utilizaram como metodologia, além de aulas expositivas, outros materiais como mapas táteis, maquetes e trabalho de campo. Esta forma de trabalho permite o saber geográfico utilizando os conhecimentos cotidianos e as vivências dos alunos. Entendemos que atividades desenvolvidas com propostas inclusivas,



considerando as vivências e saberes dos alunos proporcionam uma aprendizagem significativa para todos os envolvidos e favorecem a consolidação da formação de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Destacamos os trabalhos excelentes que são desenvolvidos na Geografia principalmente sobre a produção de materiais didáticos cartográficos, para deficientes visuais, tendo como grande referência Ruth Nogueira, que desenvolve mapas táteis confeccionados majoritariamente com materiais monocromáticos, esses mesmos mapas sendo produzidos em texturas e cores específicas podem atender não só aos deficientes visuais como a alunos autistas, surdos, TDAH e os ditos normais, pois facilitam a materialização de conceitos abstratos, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental II em que os alunos estão consolidando o período das operações concretas em direção as operações formais (PIAGET, 1945)

Na revista GEOMAE consideramos todas as publicações do referido período foram 111 publicações e nenhuma delas se referia ao ensino de Geografia na perspectiva da inclusão escolar (**Tabela 1**). Na revista Ensino em Geografia foram consideradas todas as publicações das edições analisadas e levantamos um total de 185 publicações e nenhuma delas sobre inclusão escolar no ensino de Geografia (**Tabela 1**).

No total das 4 revistas analisadas identificamos 454 publicações, dessas apenas 4 (quatro) se referiam ao ensino de Geografia na perspectiva da inclusão escolar (**Tabela 1**). Com esse levantamento é possível identificar a escassez de pesquisas que contemplem a referida temática, objeto deste.

De acordo com os dados levantados é possível identificar a inexpressiva quantidade de publicações sobre o ensino da Geografia na perspectiva da inclusão escolar, num universo de 454 publicações menos de 1% se refere ao ensino inclusivo. Diante desse cenário evidencia-se a fundamental importância do fomento de pesquisa a respeito do ensino da Geografia na perspectiva da inclusão escolar, são as especificidades que definem o sujeito e a inclusão é uma ferramenta de enfrentamento do modelo escolar atual que preconiza a homogeneização, porém, cada indivíduo é submetido a contextos sociais e naturais diferentes que precisam ser considerados (MANTOAN, 2006).

O ensino da Geografia deve contribuir para a formação do cidadão participativo no seu espaço, para que o aluno consiga pensar o espaço e as relações que nele se materializam a partir de sua própria realidade. O pensamento crítico é construído com da compreensão das relações

espaço e sociedade. Assim, a função alfabetizadora da Geografia deve favorecer a leitura e a compreensão do espaço em que o aluno está inserido (RIBEIRO, 2016).

É preciso que os profissionais da educação se preparem para atender as especificidades de cada aluno e, mais ainda, conheçam as necessidades que possuem, buscando informações de como lidar, visando o melhor aprendizado dos alunos. As discussões acerca da inclusão escolar precisam ser iniciadas desde o início da formação acadêmica, assim como em formações continuadas, visando uma atuação profissional numa perspectiva inclusiva, pois trata-se de uma temática relativamente nova e pouco pesquisada. É fundamental que os profissionais que atuam no ensino da Geografia sejam ouvidos em relação às suas necessidades e dificuldades a fim de auxiliar na construção de materiais que atendam as demandas que emergem no contexto das escolas. Práticas pedagógicas desenvolvidas para alunos de inclusão sempre favorecem na aprendizagem de todos os alunos.

O ensino da Geografia pode ser uma excelente meio de inclusão escolar e social, possibilitando desenvolver os conteúdos curriculares que visem atender as mais diversas necessidades inclusivas para isso é, acima de tudo, imprescindível que o docente possua: o domínio do conteúdo a ser trabalhado, o conhecimento das potencialidades e dificuldades do seu contexto e o comprometimento de executar a inclusão escolar em todos os aspectos.

Considerações Finais

Diante dos resultados obtidos percebemos a escassez de pesquisas sobre o ensino de Geografia que abordem aspectos inclusivos e quando estas estão presentes, a grande maioria delas se refere a adaptações ou produções de práticas pedagógicas que visam a atender o público de uma deficiência específica. Embora esses trabalhos representem um avanço na discussão, na perspectiva de inclusão escolar que defendemos e utilizamos, esta deve ser pensada como acesso e permanência na escola onde todos os alunos tenham as suas necessidades de aprendizagens atendidas considerando as suas realidades sociais, étnicas, raciais, econômicas e físicas. Assim seria possível construir um ambiente de ensino humano e acolhedor que favoreça o desenvolvimento individual e coletivo tornando-se a escola um lugar onde a aprendizagem aconteça criando significado aos conteúdos abordados.



É urgente que nós professores possamos refletir acerca das nossas práticas pedagógicas e das nossas linhas de pesquisa a fim de nos questionarmos se estamos ensinando para incluir ou para excluir. Se faz imprescindível que os professores que atuam em todas as etapas e modalidades de ensino possam compreender o significado da inclusão escolar e a sua relevância na formação individual e coletiva dos nossos alunos. A inclusão escolar é de fundamental importância na prática para a promoção do acesso à educação com dignidade e equidade, fortalecendo a relevância do ensino da Geografia para a cidadania.

A sociedade contemporânea vive um momento de mobilização impulsionada por movimentos sociais que buscam dar visibilidade às minorias e o respeito às diferenças, sejam elas étnicas-raciais, de gênero, de orientação sexual, ou socioeconômicas, entre outras. Essas demandas também não podem ser ignoradas em sala de aula, lugar onde a diversidade se encontra, dialoga e precisa ser respeitada. Já não é mais aceitável que essa temática continue sendo negligenciada, na atualidade já não cabe mais que os professores continuem considerando que os alunos em uma sala de aula são todos iguais, que aprendem da mesma forma e que sejam desconsideradas as suas individualidades e a sua subjetividade. O ensino da Geografia deve estimular um constante diálogo do aluno com os conhecimentos do seu espaço, sua realidade, suas emoções e sonhos, relacionando-os com a natureza e a sociedade que está inserido. A leitura espacial, de símbolos e signos contribuem para que o aluno consiga se beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda sua vida (ANTUNES,2012). Esse ensino deve atingir a todos, incluindo toda a diversidade de alunos existentes.

O fomento das pesquisas do ensino da Geografia na perspectiva da inclusão escolar deverá colaborar para formação dos professores de Geografia assim como para a formação continuada dos professores que já estão em sala de aula indicando e reforçando práticas pedagógicas inclusivas no ensino da Geografia que possam servir como base para o fomento de estudos posteriores que busquem o aprimoramento da inclusão escolar.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Juliandersson Victoria. Formação docente e geografia: o foco na educação inclusiva, experiências para o debate. **PESQUISAR–Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 4, n. 5, p. 112-121, 2017.



ANTUNES, Celso. **A geografia e as inteligências múltiplas na sala de aula**. Campinas, SP: Papirus, 2012- (Coleção Papirus Educação)

BRASIL. Lei N 6.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 26 de agosto de 2018

BRASIL. Censo Escolar. Disponível em: <http://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=> Acesso em: 25 de agosto de 2018

BRASIL. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 26 de agosto de 2018

BRASIL, Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 09 de agosto de 2018

BORGES, Rúbia Aparecida Cidade. A temática da identidade/diferença como possibilidade na Geografia Escolar. **PESQUISAR–Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 5, n. 7, p. 36-54, 2018.

CUSTÓDIO, Gabriela Alexandre; NOGUEIRA, Ruth Emilia. Educação geográfica e ambiental numa perspectiva inclusiva: da sala de aula ao trabalho de campo. **PESQUISAR–Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 211-230, 2014.

FERNANDES, Jean Volnei. Inclusão: Ensino de Geografia para alunos surdos, com um olhar sobre a paisagem a partir de uma visão Freireana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 107-114, 2016.

IBGE, Censo Demográfico, Características gerais, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf Acesso em 25 de agosto de 2018

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa. Igualdade e diferenças na escola—como andar no fio da navalha. **Revista Inter Ação**, v. 31, n. 2, p. 185-196, 2006.



PULASKI, Mary Ann Spencer; RIBEIRO, Vera. **Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança**. Zahar: Rio de Janeiro, 1983.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Professores de Geografia: Formação e práticas voltadas à diversidade**. In: Formação e Docência em Geografia. Salvador-BA: EDUFBA, 2016